

## **NORONHA, Júlio de**

\*militar; min. Marinha 1902-1906; min. STM 1913-1919.

*Júlio César de Noronha* nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 26 de janeiro de 1845. Uma publicação da Marinha (NOMAR, nº 607, de novembro de 1993) dá que ele nasceu em 26 de agosto desse mesmo ano. Filho de José Joaquim de Noronha e de Carlota Joaquina de Noronha.

Aspirante a Guarda-Marinha em 1862, nesse mesmo ano, aos 17 anos, recebeu o galão de Guarda-Marinha. Logo como segundo-tenente participou da Guerra do Paraguai (1864-1870) e foi ferido no combate de 6 de dezembro de 1864. A bordo da Fragata a Vapor *Amazonas*, destacou-se nos combates de Paysandu, Riachuelo e Angostura. Foi condecorado com a Imperial Ordem da Rosa por seu desempenho na guerra e promovido a capitão-tenente em 1873.

Em 1879 empreendeu uma viagem de circunavegação, no comando da Corveta *Vital de Oliveira*, com a turma de Guardas-Marinha, que se tornaria modelo de instrução.

Já promovido a contra-almirante, em 1896 comandou a divisão composta do encouraçado *Aquidabã*, dos cruzadores *República* e *Tiradentes*, com a qual o Brasil se fez representar na grande Revista Naval passada pelo Presidente Cleveland às esquadras estrangeiras, por ocasião da Exposição Internacional de Chicago nos Estados Unidos da América.

Em 1902 foi nomeado ministro da Marinha pelo presidente Rodrigues Alves (1902-1906) em substituição ao almirante José Pinto da Luz. Exerceu o cargo de 15 de novembro desse ano até 15 de novembro de 1906, quando foi substituído pelo almirante Alexandrino Faria de Alencar, já no governo de Afonso Pena (1906-1909). Durante esse período procurou modernizar e reaparelhar a Marinha, que se encontrava sucateada e só dispunha de dois Guarda-Costas, um Cruzador Protegido e três Cruzadores-Torpedeiros ainda eficientes no gênero. Além disso, havia ainda dois Encouraçados e um Cruzador, já antiquados, que só podiam ser utilizados como força de reserva, além do Navio-Escola *Benjamim Constant*. Os demais não tinham valor militar. A ideia, porém, do almirante Noronha, era dotar o país de tipos de navios homogêneos por classes, quanto possível, superiores aos congêneres das marinhas de outros países.

A reconstituição da Marinha seria obra demorada, pois o Brasil não podia fazer muitas construções. Segundo o próprio almirante Júlio de Noronha, “o preparo para a guerra é o melhor meio de torná-la improvável”. Inicialmente reorganizou todos os corpos, estabelecimentos e repartições, além de dar uma atenção especial ao ensino naval. Estabeleceu a seguir o Programa Naval de 1904, que consistia na aquisição de três encouraçados de 12.500 a 13.000 toneladas de deslocamento, três cruzadores-encouraçados de 9.200 a 9.700 toneladas, seis caça-torpedeiros de 400 toneladas, seis torpedeiras de 150 toneladas, seis torpedeiras de 50 toneladas, três submarinos e um vapor-carvoeiro capaz de carregar 6.000 toneladas de combustível. O tempo necessário à concretização dessa obra seria de seis a oito anos.

Depois de apresentar uma significativa exposição ao presidente Rodrigues Alves, o chefe do Executivo encaminhou o plano ao Poder Legislativo em duas mensagens seguidas, salientando a necessidade de reconstituição da esquadra, segundo um programa previamente delineado. O plano foi transformado em projeto de lei e apresentado na Câmara dos Deputados pelo deputado fluminense Laurindo Pitta, cujo nome mais tarde figuraria nos flancos de um barco da Armada. Esse projeto foi convertido em lei pelo Decreto n.º 1.296 de 14 de dezembro de 1904 que autorizava o governo a adquirir novos navios. Isto significou o clímax da carreira do almirante Júlio de Noronha.

Em 1913 foi nomeado ministro do então Supremo (atual Superior) Tribunal Militar, no qual permaneceu até 1919.

Comandou o Monitor *Rio Grande*, as Canhoneiras *Araguari* e *Pedro Afonso*, o Vapor *Ipiranga*, Transporte *José Bonifácio*, Corvetas *Belmonte* e *Vital de Oliveira* e os Encouraçados *Bahia*, *Lima Barros* e *Aquidabã*.

Foi ainda vice-diretor do Colégio Naval, vice-diretor da Escola de Marinha, capitão dos Portos da Corte e da Província do Rio de Janeiro, membro efetivo do Conselho Naval, Inspetor do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, conselheiro de S. Majestade o Imperador, chefe do Comissariado-Geral da Armada e chefe do Estado-Maior Geral da Armada (por duas vezes), diretor da Escola Naval e consultor do Conselho do Almirantado.

Recebeu as seguintes condecorações: Hábito da Imperial Ordem da Rosa, Medalha de Prata de Paissandu e Medalha pela Ação em Riachuelo, 1865; Cavaleiro da Ordem de Cristo, 1866; Cavaleiro da Ordem de S. Bento de Aviz, 1876; Medalha de

Mérito, três passadores por atos de bravura na Campanha do Paraguai, 1888, e Medalha Militar de Ouro, 1902.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 11 de setembro de 1923.

Publicou: *Compêndio de Hidrografia*. Rio de Janeiro, 1873.

*Alan Carneiro*

FONTES: *Grande Encic. Larousse Cultural* (v.21, p. 4311); Navios brasileiros. Disponível em: <<http://www.naviosbrasil.com.br/ngb/J/J042/J042-NB.htm>>. Acesso em: 4/5/2012; Wikipedia. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/J%C3%BAlio\\_C%C3%A9sar\\_de\\_Noronha](http://pt.wikipedia.org/wiki/J%C3%BAlio_C%C3%A9sar_de_Noronha)>. Acesso em: 4/5/2012.